

EDUCAÇÃO SUPERIOR NO PERÍODO DE 1995 A 2010: NOVOS CENÁRIOS A PARTIR DA GOVERNANÇA

Margarete Panerai Araujo¹

Judite Sanson de Bem²

Moisés Waismann³

Resumo: O presente artigo pretende refletir sobre a governança na educação superior e tem como objetivo geral demonstrar através de dados estatísticos o ingresso de alunos e a ampliação de matrículas, no período de 1995 até o ano de 2010. Esse período foi selecionado por evidenciar as mudanças no cenário de globalização no Brasil e também devido ao desenvolvimento de novos programas que foram vinculados ao ensino superior. Utilizou-se metodologicamente a base de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para desenvolvimento de uma pesquisa quantitativa e descritiva com dados secundários. Pode-se considerar, finalmente, que os dados apresentados à área de governança, aliada aos aportes e arranjos institucionais no sistema de gestão de educação superior, foram muito expressivos.

Palavras-chave: Governança; Gestão; Educação.

HIGHER EDUCATION IN THE PERIOD FROM 1995 TO 2010: NEW SCENARIOS GOVERNANCE FROM

Abstract: This article aims to reflect on governance in higher education and has the general objective to

¹ Pós-Doutora em Administração Pública e de Empresas em Políticas e Estratégias pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/EBAPE/RJ). Pós-Doutora em Comunicação Social, Cidadania e Região pelas Cátedras UNESCO e Gestão de Cidades na UMESP. Doutorado em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica (PUCRS). Professora e pesquisadora da linha de pesquisa em Memória e Gestão Cultural, vinculada ao Programa Memória Social e Bens Culturais no UNILASALLE. Endereço Postal: Rua Borges de Medeiros, 929, apt. 91. Centro Histórico. Porto Alegre/RS. CEP 90020-025. E-mail: mpanerai@terra.com.br

² Pós-Doutora em Economia da Cultura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutorado em História Íbero Americana Pontifícia Universidade Católica (PUCRS). Coordenadora do Curso de Ciências Econômicas e professora e pesquisadora da linha de pesquisa em Memória e Gestão Cultural do Programa em Memória Social e Bens Culturais no UNILASALLE.

³ Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professor e pesquisador da linha de pesquisa em Memória e Gestão Cultural do Programa em Memória Social e Bens Culturais. Coordenador do Observatório UNILASALLE: Trabalho, Gestão e Políticas Públicas.

demonstrate through statistical data the admission of students and the increase in enrollment, from 1995 to 2010. This period was selected to highlight the changes in globalization scenario in Brazil and also due to the development of new programs that have been linked to higher education. It was used methodologically the database of the National Institute of Educational Studies Teixeira (INEP) to develop a quantitative and descriptive study using secondary data. It can be considered finally that according to data presented to the governance of the area coupled with the investments and institutional arrangements in higher education management system were very expressive.

Keywords: Governance; Management; Education.

Introdução

A expressão governança na educação superior ganhou destaque, por conta das transformações ocorridas no mercado mundial e também no Brasil. No ensino superior brasileiro, os dados disponíveis no Censo da Educação Superior permitem perceber que o panorama da educação de 1995 a 2010 merece ser estudado, pois foi um momento de evidencição do cenário de globalização no Brasil. Nesse período, as expressões governança e governabilidade ganharam destaque; pois, segundo Baldi (2015), elas diferenciaram-se variando a orientação ideológica e a ênfase. A governabilidade representa a reforma do Estado; e a governança, a reforma do aparelho do Estado, ou seja, das áreas interdisciplinares, como a gestão, a economia e as áreas sociais.

Período de extrema competitividade nas Instituições de Ensino Superior, os anos de 1995 a 2010 incorporaram o chamado valor agregado de mercado e a estrutura de negócio relacionado à educação. Sob esse prisma, a relevância desse cenário histórico permitiu identificar os diferentes aspectos, que se relacionaram ao desenvolvimento da globalização e da educação. Neste artigo, o objetivo geral é demonstrar dados estatísticos referentes ao ingresso de alunos e à ampliação de matrículas, no período delimitado. Busca-se, sobretudo, destacar os programas e as políticas para inserção de alunos em Instituições de Ensino Superior (IES), visto que a ampliação de atividades de gestão e governança e a presença do neoliberalismo nas políticas públicas, nessas décadas, permitiram uma disputa nesse campo, e as vagas nas IES passaram a ser vistas como um serviço comercializável. Nesse sentido, o artigo apresenta discussões que abarcam os conceitos de globalização e educação, utilizando autores como RATNER (1995), LAKATOS E MARCONI (1999); ALVES (S.D.); AKTOUF (2005); LÖFFER (2001); ROBERTSON E VERGER (2012); BALDI (2015); TAVARES (2011); STEINBERG (2003); SOUZA (2015); SILVEIRA (2006); GUIMARÃES-IOSIF, SANTOS, (2012); KISSLER E HEIDEMANN (2006).

As questões metodológicas norteadoras, nesse artigo, estão vinculadas a uma pesquisa

descritiva e bibliográfica fazendo uso de dados secundários, cuja base teve como fonte o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) no período de 1995 a 2010 delimitado para esse trabalho. Assim, apresentam-se sessões, sendo a primeira uma caracterização histórica da globalização e as interfaces com a educação. Apresenta-se o método utilizado e, na segunda sessão, a análise de dados das décadas definidas. Seguem as conclusões e as referências. Expostos os objetivos, destaca-se a fundamentação teórica do artigo.

2. Referencial teórico

2.1 Governança e Educação

A globalização surge depois da Segunda Guerra na Europa e na América do Norte (Estados Unidos e Canadá), pois até então dominava o capitalismo clássico (e colonial) do século passado, sendo uma doutrina teórica que valorizava sistematicamente o papel do mercado à custa do Estado. A globalização se desenvolveu com diferentes proposições como uma forte reação teórica e política contra o Estado, até então principal força de acumulação de capital e de desenvolvimento social, conforme ARAUJO (2013).

O mercado tornou-se a única instituição capaz de coordenar os problemas sociais, sejam de natureza econômica, sejam políticos, pois estruturava a sociedade. A ideologia neoliberal, que acompanhou esse desenvolvimento, questionava o tamanho da estrutura estatal e o caráter intervencionista do Estado, justificando a necessidade de reduzir custos e gastos públicos. Dessa forma, o neoliberalismo impôs uma forte disciplina fiscal com bons resultados no que concerne ao controle da inflação. Segundo Lakatos e Marconi (1999), as regras foram: reforma e redução do Estado, privatização de empresas estatais estratégicas ou não, produtivas ou não; debilidade do governo, redução dos encargos sociais, abertura ilimitada dos mercados nos países periféricos, supremacia de preceitos econômicos sobre as necessidades sociais, intervenção econômica, abertura unilateral das importações, atrelamento da moeda ao dólar (ou à outra eventual “moeda forte”), redução do superávit comercial, investimentos estrangeiros diretos na aquisição de empresas.

Ratner (1995) e Lakatos e Marconi (1999) lembram que a globalização pelas instituições de Bretton Woods e do Consenso de Washington passou a exercer uma tutela econômica e

planetária por parte das multinacionais, implementando novas ideias e conceitos mundiais. Historicamente esse fenômeno da globalização, que iniciou com a expansão acelerada e ininterrupta da internacionalização da economia, ficou configurado pelo crescimento do comércio e dos investimentos externos e foi erroneamente interpretado como um fenômeno exclusivamente social, quando na verdade sua origem é no âmbito econômico.

Sendo um contexto emergente, absorveu a chamada sociedade do conhecimento e assumiu características distintas dos contextos anteriores, segundo AIVES (s.d.). Nesse sentido, as transformações foram em todas as áreas: econômica, política, social, tecnológica, cultural, religiosa e educativa e ocorreram no plano mundial, sendo as relações comerciais reguladas pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Outras alterações se efetivaram graças à rápida evolução das tecnologias de informação (computadores, microeletrônica e telecomunicações), que interferiram na velocidade das pesquisas científicas e permitiram avanços em diversas áreas.

Para compreender esse avanço econômico, a importância e o destaque que os investidores institucionais ofereceram à chamada gestão corporativa fortaleceram-se frente à ideia de maximizar o valor das empresas e das riquezas dos acionistas, segundo AKTOUF (2005). Ou seja, a economia capitalista governamental e seu desenvolvimento canalizaram decisões corporativas para os diferentes segmentos citados e passaram a ideia-chave de utilização do conceito de governança e da necessidade de seu relacionamento com o desempenho de empresas e demais instituições. Nesse sentido, o conceito mais utilizado, dessa gestão corporativa, foi, segundo Löffler (2001, p. 212), de

[...] uma nova geração de reformas administrativas e de Estado, que tem como objeto a ação conjunta, levada a efeito de forma eficaz, transparente e compartilhada, pelo Estado, pelas empresas e pela sociedade civil, visando a uma solução inovadora dos problemas sociais e criando possibilidades e chances de um desenvolvimento futuro sustentável para todos os participantes.

Assim, compreender os conceitos oficiais da temática globalização tornou-se relevante, à medida que os reflexos desses mecanismos se universalizaram. O neoliberalismo presente, desde os anos 80, ofereceu uma série de preceitos sintetizados por Robertson e Verger (2012), por exemplo: a fragmentação das políticas estatais protecionistas, a livre movimentação do comércio, das finanças e do trabalho através das fronteiras nacionais (conhecida como desregulação); a implementação de políticas de concorrência entre os setores públicos e privado destinadas à criação de eficiência, a privatização de uma série de atividades estatais e seu

redimensionamento (envolvendo um processo dual de descentralização e recentralização).

Todas essas reestruturações objetivaram remodelar os círculos de desenvolvimento econômico e foram conhecidas e divulgadas, conforme Robertson e Verger (2012), desde o Consenso de Washington. Já para Baldi (2015), essas reestruturações envolveram a governabilidade e vieram acompanhadas da reforma do Estado e das demais relações entre todos os poderes, e a governança envolveu todo o núcleo estratégico do governo, constituído pela cúpula dos três poderes.

Assim, a governança envolveu áreas interdisciplinares e foi entendida, ainda, como uma tentativa de minimizar os custos, decorrentes dos problemas dos gestores. Dessa forma, essa definição operacional do termo refletiu na prática, junto aos registros de expropriação da riqueza e de acionistas controladores, que tinham como objetivo o lucro pessoal. Destarte, o termo governança foi sendo conceituado de diferentes formas, como, por exemplo, o relacionamento de acionistas e auditores, ou os mecanismos de incentivo e controle, etc., porém envolveu outras esferas, como destacou Tavares:

O termo governança adentrou na esfera educacional, a partir da década de 90, e tomou forma com a difusão dos princípios de governança difundidos pelo [Banco Mundial] BM no Documento Governance and Development (WORLD BANK, 1992). Ao propor um modelo de “boa governança educacional” fundamentado em quatro princípios: gestão pública baseada no princípio da eficiência, estrutura legal, accountability, e transparência; o [Banco Mundial] BM estabeleceu um novo caminho para o desenvolvimento mundial através das reformas educacionais e passou a priorizar a instrumentalidade dos serviços (TAVARES, 2011, p. 20).

Essas abordagens conceituais referiram-se aos valores e regras, no mais puro sentido humano, segundo STEINBERG (2003). Assim, historicamente, a chamada governança corporativa, que apareceu nos Estados Unidos, atendendo a uma forma de coação de fundos de pensão, que cobrava, além das informações referentes às empresas, os demais aspectos éticos, os valores e a transparência decorrentes dos negócios, inseriu-se em diferentes áreas, inclusive na educação.

Souza (2005) descreveu que os acionistas, desde a década de 1960, centralizaram de forma majoritária a gestão organizacional e, na década seguinte (anos 70), a chamada autonomia ficou por conta dos Conselhos de Administração Autônomos. Essas mudanças oportunizaram novos desafios e novas estratégias no mercado e se consolidaram como um conjunto de leis para controle das empresas, de forma a aumentar o mercado de investidores. Como exemplo, nos anos

90, a Inglaterra programou um código de melhores práticas de governança corporativa e tinha como objetivo ganhar maior adesão de diferentes investidores.

Convém lembrar que, segundo Robertson e Verger (2012), a governança emergiu para o neoliberalismo abrindo possibilidades de rever o chamado estado de bem-estar social, cedendo lugar à reestruturação do Estado, sua internacionalização, sua liberalização da política e um ambiente regulatório. Silveira (2006) destacou ainda que o próprio termo “governança corporativa” teve seu marco oficial no Brasil junto à fundação do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), em 1995. O IBGC fomentou boas práticas, bem como estimulou e divulgou a implantação de mecanismos específicos de novas estratégias de gestão, lançando em 1999 o seu primeiro Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa. Percebeu-se, com isso, que as tendências das forças do mercado, que estão presentes no processo global, também se fizeram valer na década de 90.

A concepção de governança presente no campo da educação envolveu muitas políticas públicas. Assim, foi preciso ir além da concepção de governança, segundo Guimarães-Iosif, Santos (2012, p.3). Isso porque a

[...] gestão dos estabelecimentos de ensino superior privados [...] visam assegurar sustentabilidade e retorno do capital investido. O importante dentro dessa concepção é criar um modelo que aproxime a universidade ao molde empresarial, direcionado à eficácia e aos resultados, tornando-a segura para seus proprietários, bem qualificada no mercado e atrativa aos investidores. Nesse cenário, a concepção de educação de qualidade se reduz aos resultados obtidos pelos alunos por meios de testes padronizados, geralmente, manipulados. Visando cortes nos gastos, as instituições investem cada vez menos em atividades de pesquisa e extensão.

Santos, Guimarães-Iosif (2012) acrescentaram em seus estudos uma crítica ao cenário descrito de tomada de decisão, que visava a cortes nas instituições e nos investimentos em atividades de pesquisa e extensão, residindo em diferentes instituições por um período de tempo específico. No novo contexto das políticas educacionais, que relacionaram o Estado, mercado e comunidade com a educação, o conceito de governança ganhava espaço nas políticas públicas. Os autores Kissler e Heidemann (2006) destacam que, apesar das contradições e polissemias que acompanharam esses setores (público, privado e o terceiro setor), eles foram problematizados para o desenvolvimento das políticas públicas.

As políticas do setor privado que estão relacionadas ao setor de educação oferecem uma visão de que se volta à concorrência do mercado de forma regulada, diferente da visão dos setores

públicos e do terceiro setor, que buscam ações conjuntas. Descrever a governança apenas como o conjunto de regras, procedimentos e atitudes de instituições, que condicionam a ação dos administradores, no sentido de atender aos interesses de todos os envolvidos (*stakeholders*), pode ser uma forma de evitar a expropriação, conforme os autores Kissler e Heidemann (2006).

As normas e os caminhos da governança apresentados pelos autores destacam todas as instituições, empresas, sociedades de capital aberto ou fechado. Nesse sentido, a abertura de mercado para as redes de prestação de serviços educacionais e a constituição de empresas privadas, em substituição aos prestadores públicos, não significou, automaticamente, que o Estado estava abrindo mão de sua responsabilidade. Porém, pode-se refletir que essas formas regulatórias definiram um novo arranjo institucional entre Estado, mercado e participações societárias, que fundamentaram ideias da governança pública.

Além do aspecto econômico, a exigência de uma maior participação fiscalizadora se fez notar. Esse viés permitiu a implementação de políticas e programas de responsabilidade social, que também passaram a ser indutoras dessas práticas e direcionadoras das metas de gestão. A adoção de boas práticas significava, em síntese, a adoção de princípios éticos, de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade. Mas, existe um porém, pois esses mecanismos de mercantilização da educação superior provocaram uma profunda mudança no currículo, na missão e na estrutura das universidades. As políticas do Estado brasileiro, tais como a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases Nacional, Lei nº 9.394/1996 segundo Guimarães-Iosif, Santos (2012) foram modificados.

Atualmente, as instituições de educação têm sido pressionadas a estabelecer níveis elevados de governança interna, segundo Alves (s.d.), Guimarães-Iosif, Santos (2012) e Bolívar (2015), isso porque na medida em que se tornam evidentes as influências das corporações nas mudanças econômicas, ambientais e sociais, os investidores e demais partes interessadas passam a exigir os mais elevados padrões éticos, de transparência e de responsabilidade por parte de seus executivos e administradores.

A governança não é um modismo, foi um sistema aperfeiçoado de gestão, emanou o comprometimento de uma diretoria executiva junto ao mercado, como maneira de agregar valor ao negócio e também de estruturar a administração da instituição. As políticas públicas de educação superior foram estimuladas nos últimos governos, conforme divisão proposta:

1995-2002 – No Governo Fernando Henrique Cardoso, a adoção dos ideais neoliberais minimizou o papel social do Estado e houve privatizações. A reforma educacional estruturou-se a partir dos princípios de gestão, planejamento, avaliação e expansão do ensino superior. 2003-2010 – No governo do Lula, houve continuidade das políticas e em 2007 as mudanças do ensino superior envolveram grandes grupos nacionais e aportes financeiros em fundos de investimento 2011 até o presente [2012] – No governo da Dilma, a tendência foi de manutenção das políticas e crescimento dos grupos educacionais com a compra de IES privadas e parcerias públicas e privadas além das isenções fiscais. O Estado fomenta as necessidades do mercado (GUIMARÃES-IOSIF; SANTOS, 2012, p. 90-91).

Nesse sentido, para Guimarães-Iosif e Santos (2012), essa expansão da educação superior no Brasil despertou o interesse dos investidores, devido ao extraordinário potencial gerador de lucros do setor. Baseado em dados de 2009, o documento *Global Education Digest* (UNESCO, 2011) assinalava que o Brasil era o maior mercado de ensino superior da América Latina e o quinto maior do mundo. Nesse sentido, o quadro 1 oferece uma visão dessa ampliação de programas que surgiram nesse momento.

O Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES) vem financiando estudantes, desde 1999, estabelecendo contratos aos alunos de graduação. O Programa Universidade para Todos (PROUNI) vem permitindo contrapartidas e isenções fiscais, o Programa da Universidade Aberta do Brasil (UAB) vem usando métodos de (EAD) Educação a Distância para ampliar as demandas de ensino. O Programa de apoio a planos e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) já inseriu 680 mil alunos, o Sistema de Seleção Unificada (SISU) propiciou a ampliação da mobilidade dos estudantes de ensino médio para tornarem-se acadêmicos em instituições públicas, e o programa de estímulo à reestruturação e fornecimento das Instituições de Ensino Superior (PROIES) ofereceu ampliação de créditos e oferta de vagas por meio de bolsas integrais.

Quadro 1- Resumo de Políticas de maior impacto na Educação Superior

Programa Ano de criação Objetivo Alcance	FUNDO DE FINANCIAMENTO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR (FIES) Criado em 1999 e reformulado em 2007. Financiar cursos de graduação aos estudantes que não têm condições de arcar com os custos de sua formação em instituições privadas. O programa financia 100% das modalidades do curso selecionado. Desde o começo do programa até 2010, foram firmados 616.743 contratos, o que totaliza R\$ 8,3 bilhões em financiamentos.
Programa Ano de criação Objetivo Alcance	PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI) Criado em 2004 e implantado em 2005. Permitir acesso da população de baixa renda ao estudo universitário por meio da concessão de bolsas de estudo integrais ou parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica em instituição privada de ensino superior que em contrapartida recebe isenções fiscais do governo. O PROUNI já ofertou desde a sua criação até o 2º semestre de 2010 1.128.718 bolsas. E beneficiou até o processo seletivo do 2º semestre de 2010 cerca de 748 mil estudantes sendo 69% com bolsa integrais.
Programa Ano de criação Objetivo Alcance	UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (UAB). SISTEMA INTEGRADO POR UNIVERSIDADE PÚBLICA Criado em 2006. Oferecer curso de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso a formação universitária por meio do uso da metodologia a distância. A UAB conta com 92 instituições parceiras, 774 polos de apoio presencial, 880 cursos de graduação, pós-graduação e extensão e 180 mil matrículas efetuadas até 2010.
Programa Ano de criação Objetivo Alcance	PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (REUNI). Criado em 2007. Ampliar o acesso e permanência na educação superior pública. A meta é dobrar o número de alunos nos cursos de graduação em 10 anos a partir de 2008 e permitir o ingresso de 680 mil alunos a mais nos cursos de graduação. Todas as universidades federais aderiram ao programa e apresentaram ao MEC planos de reestruturação de acordo com a orientação do REUNI. As ações preveem o aumento de vagas, ampliação ou abertura de cursos noturnos, aumento do número de alunos por professor, a redução do custo por aluno, flexibilização de currículos e combate à evasão.
Programa Ano de criação Objetivo Alcance	SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA (SISU) Criado em 2009. Propiciar ao sistema federal de educação superior e às demais instituições públicas de ensino que aderirem ao SISU significativos ganhos operacionais de custos. Ampliar as possibilidades dos estudantes egressos do ensino médio de candidatarem-se às vagas oferecidas por instituições públicas de todo o país, permitindo maior mobilidade dos acadêmicos. A partir das notas do ENEM aplicado em 2009, 60.838 estudantes ingressaram no ensino superior em 2010.
Programa Ano de criação Objetivo Alcance	PROGRAMA DE ESTÍMULO À REESTRUTURAÇÃO E AO FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (PROIES) Criado em 2012. O programa visa a assegurar condições para a continuidade das mantenedores de IESP, bem como recuperar créditos tributários e ampliar oferta de vagas no ensino superior privado por meio de bolsas integrais. O programa visa à criação de 800 mil vagas no ensino superior privado.

Fonte: Guimarães-Iosif; Santos (2014, p. 92).

agregarem um valor imenso às suas organizações e conduzirem todo o processo de discussão da gestão direcionado às ações junto aos seus *stakeholders*.

3. Método

O trabalho foi baseado na pesquisa bibliográfica. Complementado com uma pesquisa quantitativo-descritiva que, conforme Lakatos e Marconi (1991), consistiu em uma investigação, cuja finalidade foi analisar as características de fatos e avaliar programas, procurando efeitos e resultados.

Os dados quantitativos são secundários e foram coletados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) no período de 1995 até o ano de 2010, identificando o ingresso de alunos e a ampliação de matrículas propostos por políticas públicas. No caso desse trabalho, utilizou-se esse período devido à evidenciação do cenário de globalização no Brasil e dos inúmeros programas, que foram criados e que ganharam destaque e alto impacto na educação.

4. Resultados e Análise de dados

A figura 1 apresenta a totalidade da variável Instituição de Ensino Superior (IES) no Brasil, por categoria administrativa, no período que se estende de 1995 a 2010. Também apresenta a variação do ano de 1995 até o ano de 2010, a partir da construção do número-índice base 100. O objetivo da tabela é auxiliar na visualização da evolução das IES.

Figura 1 – Quantidade e variação de Instituições de Ensino Superior no Brasil por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010.

Ano	Total	(b)	Pública	(b)	Privada	(b)	Particular	(c)	Filantrópica	(c)
1995	894	100	210	100	684	100
1996	922	103	211	100	711	104
1997	900	101	211	100	689	101
1998	973	109	209	100	764	112
1999	1.097	123	192	91	905	132	526	100	379	100
2000	1.180	132	176	84	1.004	147	698	133	306	81
2001	1.391	156	183	87	1.208	177	903	172	305	80
2002	1.637	183	195	93	1.442	211	1.125	214	317	84
2003	1.859	208	207	99	1.652	242	1.302	248	350	92
2004	2.013	225	224	107	1.789	262	1.401	266	388	102
2005	2.165	242	231	110	1.934	283	1.520	289	414	109
2006	2.270	254	248	118	2.022	296	1.583	301	439	116
2007	2.281	255	249	119	2.032	297	1.594	303	438	116
2008	2.252	252	236	112	2.016	295	1.579	300	437	115
2009	2.314	259	245	117	2.069	302	1.779	338	290	77
2010	2.378	266	278	132	2.100	307

Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Notas: (a) Na categoria filantrópica, estão inseridas as Instituições comunitárias e as confessionais.

(b) Variação com base 100 em 1995.

(c) Variação com base 100 em 1999.

Pode-se perceber, ao analisar a tabela 1, que no ano de 1995 existiam no Brasil um total de 894 IES e, destas, 210 eram públicas e 684 eram privadas. Nota-se que as IES privadas já eram maioria e compunham de forma estruturada o ensino superior brasileiro, confirmando, assim, que na época da reestruturação do sistema de ensino superior, o Estado já não possuía o monopólio na oferta do ensino superior e que setor privado já estava bem estabelecido. Löffler (2001) e Robertson e Verger (2012) lembravam teoricamente que as reformas administrativas e do próprio Estado tinham esse papel de ser eficaz, transparente e compartilhado, visando a soluções inovadoras dos problemas sociais. Os conceitos da globalização tornaram-se relevantes, e seus reflexos se universalizaram.

Observa-se que, em todo o período estudado, ocorreu um crescimento na quantidade de IES, com exceção do ano de 2008. Vale lembrar que este foi o ano do colapso do sistema financeiro nos Estados Unidos, ocasionando reflexos e repercussões em todos os países do planeta. Quando se observou a trajetória do número-índice base 100, percebeu-se que o conjunto das IES cresceu em 266 nos anos de 1995 a 2010, e a IES pública ficou em 132, bem menos que o total, enquanto a IES privadas apresentaram uma evolução de 307 no mesmo período, bem

acima do crescimento do conjunto de IES. Quando se olha com mais atenção para a composição das IES particulares, percebe-se que, já no ano de 1999, a categoria administrativa particular possuía 562 IES e as filantrópicas 379 IES. O que a tabela 01 mostra é que, no período que vai até o ano 2009, ocorreu uma ampliação das particulares com um crescimento de 338 no indicador calculado, passando para 1.779 IES. Já as filantrópicas reduziram-se para 290 IES, indicando uma queda de 23% no período estudado.

A figura 2 apresenta o conjunto da variável matrícula.

Figura 2 – Quantidade e variação de matrículas em cursos de graduação presencial em Instituições de Ensino Superior por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010.

Ano	Total	(b)	Pública	(b)	Privada	(b)	Particular	(c)	Filantrópica	(c)
1995	1.759.703	100	700.540	100	1.059.163	100
1996	1.868.529	106	735.427	105	1.133.102	107
1997	1.945.615	111	759.182	108	1.186.433	112
1998	2.125.958	121	804.729	115	1.321.229	125
1999	2.369.945	135	832.022	119	1.537.923	145	651.362	100	886.561	100
2000	2.694.245	153	887.026	127	1.807.219	171	880.555	135	926.664	105
2001	3.030.754	172	939.225	134	2.091.529	197	1.040.474	160	1.051.055	119
2002	3.479.913	198	1.051.655	150	2.428.258	229	1.261.901	194	1.166.357	132
2003	3.887.022	221	1.136.370	162	2.750.652	260	1.475.094	226	1.275.558	144
2004	4.163.733	237	1.178.328	168	2.985.405	282	1.596.894	245	1.388.511	157
2005	4.453.156	253	1.192.189	170	3.260.967	308	1.753.184	269	1.507.783	170
2006	4.676.646	266	1.209.304	173	3.467.342	327	1.924.166	295	1.543.176	174
2007	4.880.381	277	1.240.968	177	3.639.413	344	2.257.321	347	1.382.092	156
2008	5.080.056	289	1.273.965	182	3.806.091	359	2.448.801	376	1.357.290	153
2009	5.115.896	291	1.351.168	193	3.764.728	355	2.899.763	445	864.965	98
2010	5.449.120	310	1.461.696	209	3.987.424	376

Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Notas: (a) Na categoria filantrópica, estão inseridas as Instituições comunitárias e as confessionais.

(b) Variação com base 100 em 1995.

(c) Variação com base 100 em 1999.

Esta variável é definida como sendo as matrículas em cursos de graduação presencial em Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil, elas foram apresentadas por categoria administrativa nos anos de 1995 a 2010, bem como a variação calculada pelo número-índice de

base 100. A figura 2 tem como objetivo analisar a evolução das matrículas no período de estudo.

Notou-se que as privadas representaram um percentual de 73% do valor total de matrículas para o período de 2009, sendo que 56% estão localizadas nas instituições privadas e 17% nas filantrópicas. Foi possível destacar que a governança é resultado de política e poder, mas também articulou soluções para a contradição neoliberal, pois permitiu a inclusão de estudantes nas IES.

Os autores Robertson e Verger (2012, p. 1143) destacaram que a principal premissa é que a educação é um bem de consumo e precisa ser organizada de forma a operar conforme um mercado livre, o que inclui qualidade e incentivos que induzam o desempenho, bem como a garantia de mecanismos de regulação. Os autores destacaram que a terceirização dos serviços educacionais, através da expansão das parcerias público-privadas na educação (PPPE), vem ocorrendo e se enraizou como uma alternativa às dificuldades de acesso ao ensino das políticas dos programas apresentados.

Atualmente, as instituições de educação têm sido pressionadas a estabelecer níveis elevados de governança interna, segundo Alves (s.d), Guimarães-Iosif; Santos (2012) e Bolivar (2015), porque, na medida em que se tornam evidentes as influências das corporações nas mudanças econômicas, ambientais e sociais, os investidores e as demais partes interessadas passaram a exigir os mais elevados padrões éticos e de transparência.

5. Considerações Finais

A problemática inicial destacava o ensino superior brasileiro e os dados disponíveis no Censo da Educação Superior no seu panorama da educação de 1995 a 2010 que merecem ser estudados, pois caracterizaram um momento de evidenciação do cenário de globalização no Brasil. O desenvolvimento de programas como Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), Programa Universidade para Todos (PROUNI), Universidade Aberta do Brasil (UAB), Sistema Integrado por Universidade Pública, Programa de Apoio a Planos de Reestruturação, Expansão das Universidades Federais (REUNI), Sistema de Seleção Unificada (SISU) inclui a grande preocupação com a governança, a responsabilidade social e seus *stakeholders* como temas-chave para sua sustentabilidade econômica e social institucional, principalmente da governança no campo educacional.

Este estudo buscou estabelecer pontos de reflexão no campo da educação e uma visão sobre esse modelo de governança e da redefinição das políticas públicas, conforme os interesses do mercado. Pode-se considerar finalmente que a governança aliada aos aportes de arranjos institucionais governamentais qualificou o modelo de educação. Contudo é possível ainda ampliar e aprofundar essa área de investigação considerando que os dados apresentados ainda possuem limitações para uma avaliação maior do sistema de gestão educacional. Considera-se que, embora os objetivos delineados para este trabalho tenham sido atingidos, é possível dar continuidade em novos estudos e prospectar dados mais atuais. A complexidade desses processos da educação ainda é muito grande.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. Conceitos de governança em educação. **Revista Linha Direta**.s.ed.; s.d. Disponível em:< www.linhadireta.com.br/publico/images/pilares/a7opdvhz9e9f.pdf> Acesso em out. 2016.

AKTOUF, O. **Pós-Globalização, Administração e Racionalidade Econômica**. São Paulo: Atlas, 2005.

ARAÚJO, M. P. Globalização: Além do neoliberalismo. MARTINS, R.P.; MACHADO, C.R.S.(Org.). **Identidades, movimentos e conceitos**: Fundamentos para a discussão da realidade Brasileira. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

BALDI, M. O conceito de governança e governabilidade. In CARVALHO, C. A.p.. **Políticas públicas da cultura e da administração participativa**. Porto Alegre: Ministério da cultura, UFRGS, 2014.

BOLIVAR, A. Nova governança na educação e na dinâmica de melhorias: a pressão contra o compromisso. **Rev. Inter. Educ. Sup.**[RIESup], v.1 n.1 p. 3-31,Campinas, SP. jul./set. 2015. Disponível em: <http://ojs.fe.unicamp.br/ged/RIESup/article/view/7261>.

Acesso em out. 2016.

EBOLI, M. P.; JUNIOR, F.H. CASSIMIRO, W.T. Educação Corporativa: Governança, Dinâmica e Estrutura das Universidades Corporativas no Brasil. [Anais...] III encontro de gestão de pessoas e relações de trabalho. João Pessoa. 20 a 22 nov. 2011. . Disponível em: < www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnGPR/engpr_2011/2011_ENGPR122.pdf>. Acesso em out. 2016.

GUIMARÃES-IOSIF, R. M.; SANTOS, A. V.; WESTPHAL, A. M. S. Ensino Superior no Brasil: Internacionalização colonizadora ou emancipatória? In: CONGRESSO INTERNACIONAL LA UNIVERSIDAD POR EL DESARROLLO SOSTENIBLE, 8., Habana.

2012. **Anais...** Habana: Universidad Havana, 2012.

GUIMARÃES-IOSIF, R. M.; SANTOS, A. V. Política e governança da educação superior no Brasil: mercantilização e comprometimento da qualidade a governança contemporânea na educação superior brasileira: atores, disputas e desafios. **Anais Anpae**. Disponível em: http://www.anpae.org.br/seminario/ANPAE2012/1comunicacao/Eixo01_19/Aline%20Veiga%20dos%20Santos_int_GT1.pdf . Acesso em 09 de junho de 2015

IBGC, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**, São Paulo, IBGC, 2009.

KISSLER, L.; HEIDEMANN, F.G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? In **Revista em Administração de Empresas**. RAP. Rio de Janeiro 40(3), p. 479-99; maio/jun, 2006.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. **Sociologia Geral**. São Paulo: Atlas, 1999.

LODI, J.B. **Governança Corporativa**: O governo da empresa e o conselho de administração. 8. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000

LÖFFLER, E. Quality awards as a public sector benchmarking concept in OECD member countries: some guidelines for quality award organizers. **Public Administration and Development**, v. 21, n. 1, p. 27-40, 2001.

RATTNER, H. **Globalização em direção a um mundo só?** Estudos Avançados 25. São Paulo: USP, 1995.

ROBERTSON, S.; VERGER, A. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. In **Educação & Sociedade**. Campinas, vol.33, no. 121 Oct./Dec. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n121/a12v33n121.pdf>. Acesso em maio de 2016.

SILVEIRA, A. Di M. da. **Governança Corporativa – Desempenho e valor da empresa no Brasil**. São Paulo: Saint Paul, 2006.

SOUZA, T.de M.G. **Governança Corporativa e o Conflito de Interesses nas Sociedades Anônimas**. São Paulo: Atlas, 2005.

STEINBERG, H. **A dimensão humana da governança corporativa**: Pessoas criam as melhores e as piores práticas. 2. Ed. São Paulo: Gente, 2003.

TAVARES, S. M. N. Governança no ensino superior privado. In: COLOMBO, S. S. *et al.* **Desafios da gestão universitária contemporânea**. Porto Alegre: Artmed, p. 175-190, 2011.